

PREFÁCIO

Das linhas de influência à musicologia da vida

Paulo Castagna
Instituto de Artes da UNESP
<http://paulocastagna.com/>

“Nós não andamos à procura da vida, e por isso a vida nos surpreende e assalta a cada esquina. Nós andamos apenas suspirando pela glória.”
Mário de Andrade (Oração de Paraninfo, 1935)

CASTAGNA, Paulo. Das linhas de influência à musicologia da vida (prefácio). In: NOGUEIRA, Isabel Porto; MICHELON, Francisca Ferreira; SILVEIRA Jr., Yimi Walter Premazzi (orgs.). *Música, memória e sociedade ao sul: retrospectiva do Grupo de Pesquisa em Musicologia da Universidade Federal de Pelotas (2001-2011)*. Pelotas, Ed. da Ufpel, 2011. p.9-20. ISBN: 978-85-7192-824-4.

O livro *Música, memória e sociedade ao sul: retrospectiva do Grupo de Pesquisa em Musicologia da Universidade Federal de Pelotas (2001-2011)*, organizado por Isabel Porto Nogueira, Francisca Ferreira Michelin e Yimi Walter Premazzi Silveira Junior, reúne uma parcela significativa dos trabalhos produzidos pelo Grupo de Pesquisa em Musicologia da Universidade Federal de Pelotas nos últimos 10 anos. A produção desse Grupo, na verdade, foi bem maior: neste livro figuram apenas os textos que não haviam sido anteriormente impressos, o que revela sua energia de trabalho e seu enorme potencial criativo, dando-nos, ainda, uma idéia da contribuição que esse Grupo de Pesquisa futuramente nos proporcionará.

O livro reflete não apenas o crescimento do Grupo, mas muitos dos avanços acadêmicos da própria área de Musicologia no Brasil. Embora ainda haja muito a ser feito e, sobretudo, a ser transformado na musicologia brasileira, parece que a entrada no século XXI proporcionou uma mudança sem precedentes nos estudos musicológicos aqui realizados, além de apontar para novas e criativas possibilidades de desenvolvimento dessa atividade.

Os textos deste livro, produzidos em diferentes combinações de autoria e co-autoria por Caroline Leal Bonilha, Cristina Capparelli Gerling, Fabiane Behling Luckow, Fábio Vergara Cerqueira, Francisca Ferreira Michelin, Isabel Porto Nogueira, Luiz Guilherme Duro Goldberg, Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, Patrícia Pereira Porto e Yimi Walter Premazzi Silveira Junior, abordam vários temas a partir de fenômenos encontrados no Sul do Brasil, particularmente na cidade de Pelotas, mas que interessam a qualquer pessoa que encontre na pesquisa musicológica uma possibilidade de melhor entender e melhor se relacionar com o mundo em que vivemos.

Entre os temas abordados neste livro estão a documentação institucional e o estudo do significado do Conservatório de Música de Pelotas em vários períodos históricos, com a utilização de informações minuciosamente recolhidas em periódicos antigos, além de aspectos do ensino musical, da difusão de música e da crítica musical no Sul do Brasil, especialmente na cidade de Pelotas. Destacam-se, nestes 10 anos de atividades do Grupo de Pesquisa da UFPel, o interesse no contato com a prática de gêneros musicais

argentinos no Brasil (tango e milonga) e com a abordagem do papel feminino na atividade musical do sul brasileiro, propostas que apontam para tendências mais integradoras da atualidade, como os estudos de gênero e o intercâmbio de experiências musicais entre as diversas regiões da América Latina.

Por que parece que presenciamos mudanças sem precedentes nos estudos musicológicos brasileiros? Creio que, na maior parte do século XX, os musicólogos brasileiros cuidaram mais de sua inserção e sustentação no universo acadêmico, do que propriamente na discussão de suas funções na contemporaneidade. Para se afirmar enquanto atividade acadêmica, passamos décadas nos concentrando na reprodução de métodos e, sobretudo, de metas que emanavam das publicações européias e norte-americanas. Assim, dedicamo-nos ao levantamento e estudo de músicos e músicas do passado, à construção de heróis e obras-primas, à documentação do caminho de surgimento dessas obras e seus compositores, à promoção do suposto mecenato musical da igreja e do estado, à incansável montagem de listas, relações e bancos de dados, à publicação de centenas de obras desconhecidas e à tentativa de inserção, no cânone musical brasileiro, da nossa “grande música do passado”.

Nunca paramos muito para pensar sobre o significado dessas ações, apenas partíamos desse pressuposto e nos reuníamos para discutir estratégias metodológicas. A questão não é nova. O filósofo judeu-alemão Max Horkheimer (1895-1973), que viveu o período da Segunda Guerra Mundial nos EUA, sentiu, entre outros, três grandes impactos, certamente entre os mais representativos na história recente: o desenvolvimento dos impérios industriais, o crescimento dos estados totalitários e o avassalador massacre humano decorrente dos dois fatores precedentes. Horkheimer constatava, nessa época (*Eclipse of Reason*, 1947), o fato de que a razão subjetiva estava vencendo a razão objetiva, ou seja, que a adequação técnica dos meios aos fins estava se tornando prioritária em relação ao que deveria ser o pensamento natural: a discussão e fixação dos fins, para em seguida se procurar os meios para alcançá-los. Não é preciso tomar muito espaço para se lembrar o efeito catastrófico dessa inversão.

Parece haver um certo paralelismo entre essa situação global e o desenvolvimento da musicologia no século XX. E o problema, neste caso, é que o cultivo normótico dessa inversão permanece em voga na atualidade, o que nos aponta para sérias conseqüências que nem sempre consideramos em nossos respectivos campos de atuação. Se, entre nós, a discussão metodológica foi intensa nas últimas décadas, pouco se debateu a respeito das finalidades da musicologia no mundo contemporâneo, e quando esse assunto vem à tona na atualidade, ainda são abundantes os argumentos sobre a importância da musicologia para o desenvolvimento do estado, da igreja, das universidades, do meio acadêmico, da carreira pessoal, da área de música, das associações e das instituições, de maneira geral.

O que geralmente evitamos é discutir o significado da musicologia para a vida humana. Para a vida, não apenas para a carreira. Embora os filósofos não tenham muitas dúvidas sobre o fato de que “*a música é parte da vida*”, como é o caso de Aaron Ridley (*A filosofia da música: tema e variações*. São Paulo, Loyola, 2008. p.9), ainda não estamos muito familiarizados com essa idéia em nossa atuação profissional. Mário de Andrade, na conhecida “Oração de paraninfo”, de 1935 (*Pro-Posições*, Campinas, v.16, n.1 (46), jan./abr. 2005, p.261-270), já observava que “*nós não lutamos pela vida: nós nos queixamos da vida*”. E qual é a nossa situação atual, em relação a essa idéia?

Há quase 20 anos, Jamary Oliveira observava, no artigo “Reflexões críticas sobre a pesquisa em música no Brasil” (*Em Pauta*, Porto Alegre, ano 4, n.5, p.3-11, jun. 1992), que “*queremos antes de tudo mostrar ao mundo que o Brasil produziu no passado e continua a produzir no presente obras-primas da tradição européia, o que certamente nos colocaria entre as nações de primeiro mundo.*” Claro, em um mundo onde todos tentavam estar no topo e impor sua nacionalidade aos que estavam embaixo, o único caminho possível parecia ser repetir o mesmo procedimento. Mas esses tempos não somente se foram, como temos dificuldades ainda maiores na atualidade.

A busca de nossa ligação com as origens da civilização européia não possui mais nenhuma eficácia para a sustentação de nossa vida, entre outras razões, porque as bases dessa civilização estão em franca dissolução e em ampla desconstrução, no que se refere à sua capacidade de assegurar a vida na atualidade e, sobretudo, no futuro. Não há mais como reproduzir no Brasil os modelos de musicologia que alimentaram o poder institucional no século XX, relacionados ao abastecimento do mercado musical, ao louvor das nações industriais, ao consumo de símbolos do poder, à divisão das pessoas entre cultas e incultas e à supremacia do pensamento ariano, porque tais fatores não se mostraram criadores da vida, mas sim o contrário.

Foi-se o tempo em que nos contentávamos em discorrer sobre a influência de alguma coisa sobre outra e em construir linhas de influência que partiam da Antiguidade e chegavam aos nossos dias, tais como as linhas genealógicas bíblicas. Já conhecidas no Gênesis, as míticas linhas genealógicas foram usadas nos Evangelhos de Mateus e Lucas para ilustrar a divina Concepção de Jesus por Maria, pela intervenção do Espírito Santo na carne humana, além de sua ascendência na história humana, por via paterna, até Abraão (Mateus, 1, 2-16) e mesmo até Adão e Deus (Lucas, 3, 23-38). Em uma tentativa poética de estabelecer sua origem divina, tanto na Concepção quanto na História, Mateus e Lucas deram voz, com tais recursos, aos dois fatores que, de acordo com a tradição, trouxeram Jesus ao mundo: a vontade divina e o tempo humano.

Mas se essas linhas genealógicas bíblicas podem proporcionar o efeito poético desejado, deixam-nos algumas perguntas que nem sempre os mesmos textos podem nos responder: somente Deus e seres humanos do sexo masculino participaram da geração de Jesus? Por que uma das únicas mulheres que participaram desse processo (Maria) não necessitou, justamente aqui, da intervenção masculina? Se as mulheres tiveram alguma participação nessa linha genealógica, porque não foram mencionadas? E de onde vinham essas mulheres para se juntar à linha da divindade? Por fim, a pergunta mais desconcertante, neste caso: se Jesus foi concebido somente pela intervenção do Espírito Santo em sua Mãe, por que então foi necessário construir a genealogia paterna que ligava José (marido de Maria) a Abraão e a Deus, haja vista que José não tomou parte na Concepção?

O paralelo com as linhas genealógicas de Mateus e Lucas e mesmo com as perguntas desconcertantes não é gratuito: nossa história, em um sentido amplo, e a própria história da música, até recentemente, foram predominantemente construídas dessa maneira. Talvez a maior diferença seja a inversão que se operou nos dois últimos séculos: passamos a não mais acreditar unanimemente que Deus era a origem de tudo e nem que deveríamos estar à mercê de Sua vontade. A partir do século XIX e, sobretudo, do século XX (as eras nas quais foi construído o moderno conceito de civilização), a

origem das manifestações artísticas foi localizada na própria civilização e a condição divina foi transferida para os construtores dessa mesma civilização. Então passamos a estabelecer os aspectos que julgávamos divinos - compositores, repertórios, estilos, instrumentos, orquestras, etc. - para então construirmos linhas genealógicas que ligassem a nossa divindade às suas remotas origens no seio da civilização, até a Antiguidade grega e romana.

Tratava-se de um processo engenhosamente divertido. Bastava retirar do universo tudo o que não fazia parte da linha a ser construída (como a herética paternidade de José e as mulheres da genealogia bíblica) e enfileirar no tempo as obras, compositores, instrumentos e tudo o mais, ligando-os uns aos outros pelo fio da 'influência'. Às vezes essa influência saltava dois ou três séculos nos quais 'nada' havia acontecido, para encontrar um outro compositor que recebesse a influência e continuasse, como um heróico corredor de uma prova de revezamento, a marcha veloz em direção ao que finalmente nos interessava. Engenhosamente divertido, pois é dessa maneira que a tradição conta como Michelangelo Buonarroti (1475-1564) esculpia suas estátuas: imaginava a figura a ser representada e retirava do bloco de mármore tudo o que não era essa mesma figura. As linhas de influências eram, portanto, construções, esculturas, representações, imagens de uma beleza divina originada na própria civilização. Ficava assim registrada a origem nobre da divindade com o qual ocupávamos o nosso tempo, justificando toda a dedicação, a energia e a vida despendida no culto de tais celebridades.

Obviamente esse modelo foi ruindo no decorrer do século XX, mas ainda chegou a orientar a construção de alguns impérios, como a do próprio *Reich* nazista, que procurou ligar ao mundo romano seus projetos culturais e à oriental raça ariana o padrão genético do povo que visava forjar, pelo massacre daqueles que não exibiam as características físicas desejadas. Foi como eleger as manifestações supostamente divinas do presente, ligá-las à origem da civilização e excluir das linhas de influência tudo o que lhes parecesse com a barbárie, ou seja, com o não-ariano. O resultado só não pode ser qualificado como a maior barbárie cometida pela humanidade, porque na colonização das Américas o processo não foi muito diferente, a não ser pelos métodos escolhidos e pela maior proporção do genocídio aqui ocorrido nos últimos séculos do que no Velho Mundo da década de 1940. O problema, para nossa área de trabalho, é que a história da música ainda manteve, durante muito tempo - e em certos casos ainda está mantendo - a idéia das linhas de influência e do método da exclusão, mesmo que diluídas em histórias mais repletas de fatos periféricos.

A grande questão é que, em um mundo cada vez mais visto como um fenômeno sistêmico e complexo, no qual todos os elementos estão de alguma maneira interligados, qualquer um de seus integrantes causa algum tipo de impacto no sistema que, por sua vez, retorna outros impactos nele mesmo. Se a palavra 'influência' for utilizada no universo sistêmico, o resultado é que todos influenciam todos e todos são influenciados por todos. Em um sistema vivo, como é o caso dos sistemas humanos, as ações reverberam neles para todos os lados e nele permanecem reverberando por anos, décadas, séculos ou milênios, dependendo do caso. Por isso é falso dizer que Palestrina não influenciou Vivaldi, que Josquin des Pres não influenciou Tom Jobim e que Guido d'Arezzo não influenciou Augustin Barrios, uma vez que impactos do passado no sistema humano tiveram algum resultado nas gerações seguintes e, em muitos casos, continuarão a ter. Valeria aqui a pergunta: se Palestrina, Josquin des Pres e Guido

d'Arezzo não tivessem feito o que fizeram, a música de Vivaldi, Tom Jobim e Augustin Barrios teria sido exatamente como foi?

Uma das possíveis funções da musicologia - uma delas, não a única - é nos ajudar a ampliar as visões de mundo: de um conjunto de linhas para uma teia sistêmica; de uma natureza exclusivamente civilizada da música para uma música de natureza múltipla e de funções infinitas; da atribuição de valor apenas à nobreza de origem para o reconhecimento do valor de todos os sistemas vivos; de um mundo de inevitável escassez para um mundo de possível abundância. Passaríamos, assim, de uma musicologia da exclusão para uma musicologia da inclusão, ou seja, de uma musicologia baseada nas construções artificiais, deixando de fora tudo o que nela não se enquadre, para uma musicologia que se relacione com a vida, independentemente de como essa vida se manifeste.

Os trabalhos aqui impressos são um exemplo interessante dessa mudança de pensamento. Para além da eleição das divindades cuja chegada na Terra caberia ao pesquisador explicar, o Grupo de Pesquisa em Musicologia da UFPel partiu de uma necessidade real das pessoas envolvidas com a atividade musical no Sul do Brasil: como a prática e audição da música beneficiou as pessoas daquela época e como o musicólogo da atualidade poderia estender esse benefício para o presente? Afinal, não foram os grandes gênios que trouxeram os benefícios da prática e da audição de música para os moradores das regiões estudadas pelo Grupo de Pesquisa, mas sim as instituições dedicadas a essa arte e, sobretudo, a grande quantidade de pessoas envolvidas nesse processo. Nessa direção foram estruturadas ações que partiam das pessoas do presente e não dos mitos civilizatórios que nos poderiam ter sido impostos. Foram então incluídos, nessa abordagem, vários fenômenos relacionados à vida das sociedades daqueles tempos e lugares, não importando se eles possuíam ou não alguma posição na suposta e divina hierarquia civilizadora.

O Grupo da UFPel procura saber quais foram as ações do passado que contribuíram para sustentar a nossa vida no presente, através da atividade musical. Não exatamente quais foram os objetos produzidos e como eles eram, mas quais foram as ações eficazes que nos ajudaram a fazer o que fazemos. Em outras palavras, o Grupo atua diretamente no fortalecimento do nosso próprio valor enquanto sujeitos construtores da vida, a partir da inclusão, nos estudos acadêmicos, das instituições e convenções nas quais nos sentimos representados: regiões geográficas, estados e cidades, conservatórios, universidades. Aqui também entram repertórios, estilos e técnicas, instrumentos e conjuntos musicais, períodos históricos, intérpretes e compositores. Ao discorrer sobre alguns desses aspectos, muitas vezes estamos indiretamente tentando dar voz ao nosso sentimento de exclusão do universo intelectual, por onde desfilavam quase somente grande gênios, grandes instituições, grandes obras, grandes orquestras e assim por diante. Não havia lugar para nós nesse panteão de celebridades e semideuses: nossa função era apenas a sua adoração e nossa auto-imagem era apenas a de meros mantenedores de sua divindade e lamentadores de nossa mortalidade.

Nesse sentido, é preciso destacar a habilidosa estratégia do Grupo de Pesquisa em Musicologia da UFPel, que não apenas serviu-se da Instituição para exercer o seu trabalho, mas, respeitando a herança recebida, cuidou de seu arquivo, incluiu-o no rol dos acervos dignos do olhar musicológico e deu à Universidade um passado que talvez não existisse caso esse arquivo fosse abandonado à deterioração. A quase inexistência

de acervos sobre instituições de ensino musical no Brasil possui forte relação com essa auto-exclusão do panteão de celebridades: se éramos apenas meros servidores de celebridades divinas, por que seria necessário dedicar tempo à documentação de nossa própria vida? Mas agora essa visão já não nos convence mais, e as instituições que nos acolhem podem ser entendidas como tão ou mais importantes do que os dourados mecenas e os luxuosos palácios do passado glorioso. Diria, com certeza, mais importantes ainda, porque nossas instituições nos ajudam a cuidar de nossas vidas, enquanto os palácios da Antiguidade dificilmente o farão.

Criar, organizar, catalogar, disponibilizar e estudar arquivos é como levar um conhecimento da ‘sombra’ para a consciência, de acordo com a terminologia do psicanalista Carl Gustav Jung (1875-1961). Os objetos reunidos nos arquivos são os mesmos que já existiam antes de passarem por essa ‘iluminação’, mas o que muda é a maneira de vê-los, surgindo com eles uma nova relação e, sobretudo, uma nova função no presente. Deixar apodrecer acervos tão relevantes para nós, sobretudo aqueles referentes às instituições que nos apoiam, equivale a julgar-nos muito superiores à herança que recebemos. E não se trata de impor essa herança sobre as demais, mas de reconhecer sua real participação na construção de nossa vida. Obviamente ainda temos muito a desenvolver nessa direção, mas se podemos fazer isso com arquivos, podemos fazer o mesmo com os demais aspectos de nossa atuação profissional, de nossa contribuição acadêmica e, em um sentido mais amplo, com os demais aspectos de nossa própria existência.

Incluir as nossas vidas e a de outros no foco de nossas investigações musicológicas - que, a partir disso, tornam estranha a denominação ‘objeto de pesquisa’ - é uma maneira de sair de uma musicologia de objetos para uma musicologia de valores humanos, dando a ela uma função mais efetiva no mundo contemporâneo, cuja maior necessidade é, justamente, a garantia da vida. E em uma postura mais radical, somente dessa maneira seria possível reconhecer a musicologia como parte das ciências humanas, pois a musicologia de objetos, de partituras, de fórmulas, de medidas, de gráficos, de estatísticas, de tabelas, de classificações, de sinais, de números, de códigos, de formas, de técnicas e de cálculos tem mais relação com as ciências exatas do que com as ciências humanas. Aqui está, portanto, um dos grandes desafios da musicologia contemporânea: apresentar-se realmente como ciência humana e, sobretudo, com função humana.

Se o Grupo da UFPel já demonstrou intensa prática dessa inclusão de nós mesmos na musicologia, seus estudos de gênero apontam para a expansão do conceito de inclusão, na direção de uma musicologia que traga benefícios diretos à vida e não somente às instituições, às carreiras, às associações e à área de Música. Esse tipo de pesquisa reverte, com muita eficácia, a exclusão da barbárie praticada pelas cegas linhas de influência, incluindo de outros aspectos da vida - de nossa vida - que não faziam parte do panteão de celebridades, como foi o caso das mulheres bíblicas. E não apenas as mulheres foram excluídas das linhas de influência musicológicas, mas sim um amplo universo humano que talvez nem sejamos capazes de enumerar, pelo próprio desconhecimento que temos dele.

Provavelmente já estejamos próximos da cura desse sentimento de exclusão de nós mesmos e possamos nos dedicar mais, como fez o Grupo da UFPel, à inclusão de outros aspectos humanos a uma musicologia mais sistêmica e mais complexa: outras cidades

do Sul, outras regiões do Brasil, outras regiões americanas, outras regiões do mundo, outros habitantes do Sul, do Brasil, das Américas e do Mundo, outros espaços de circulação da música, outros jeitos de se cantar e tocar, outros meios ou instrumentos de produção musical, outras finalidades da prática musical, outras funções da música, outras músicas, outras épocas, outros tipos de pessoas, outras idades de pessoas, outras preferências das pessoas, outras relações entre pessoas, outras pessoas, outras necessidades de música, outras necessidades de musicologia, outras necessidades...

O que a academia - em suas mais distintas áreas - pode fazer hoje pela vida humana é uma pergunta bem mais relevante do que o dispêndio das próximas décadas apenas na discussão das nobres realizações do passado, lembrando que, nesse ciclo vicioso, nossa falta de criatividade no presente poderá muito bem ser tema de interessantes discussões do futuro. Temos agora a tarefa de incluir na musicologia o outro, seja lá qual for ele, como o destinatário de nossa atividade investigativa, ou seja, como diretos beneficiários do nosso trabalho, além de nós mesmos.

Talvez não sejam mais tão úteis, na atualidade, as tentativas de divisão rigorosa dos campos da musicologia, que geralmente disfarçam a divisão entre o que consideramos 'nosso' e o que deixamos para 'eles'. Nicholas Cook, no artigo "Agora somos todos (etno)musicólogos" (*Ictus*, Salvador, v.7, p.7-32, 2006), já constata que tanto os etnomusicólogos estão começando a dirigir sua atenção e seus métodos também para as práticas da música de concerto, quanto os musicólogos estão se preocupando mais com as sociedades e como os aspectos humanos da criação e da prática musical. Se a divisão da musicologia foi uma preocupação dos séculos XIX e XX, o desenvolvimento dessa atividade requer hoje posturas multi, inter e transdisciplinares, e talvez mesmo algumas contribuições indisciplinadas.

Pesquisadores deveriam ser pessoas capazes de resolverem problemas (ou desafios) da sociedade e, de maneira ampla, da vida humana, e não pessoas acima da sociedade ou da humanidade e que usam seus recursos para se dedicar exclusivamente a questões institucionais ou, o que é pior, a questões meramente pessoais. Por isso a existência dos pesquisadores - neste caso musicólogos - somente se justifica pela tarefa que assumem diante da vida. Ninguém vai ao médico para receber um diploma de participação na consulta, enquanto um médico não serve apenas para solicitar bolsas nas agências de fomento: esperamos do médico que ele cuide de nossa vida através de sua habilidade médica. Esperamos que um dentista cuide de nossa vida por meio da odontologia, que uma escola faça o mesmo por meio dos cursos que oferece e que os governos também o façam pela administração igualitária da sociedade. Cabe, portanto, ao musicólogo, cuidar da vida através da musicologia, não importando os meios que ele ou ela escolham para isso, desde que o esperado cuidado se realize.

O que nos anima bastante é a percepção de que, apesar de tudo, a musicologia inclusiva, de valores humanos e de cuidado da vida começa a ser cada vez mais refletida, no Brasil e no exterior. Obviamente essa não é uma tendência nova na musicologia e menos ainda no universo intelectual: filósofos e escritores há milênios discorrem sobre o mesmo assunto, porém a civilização industrial nos ajudou a esquecê-los. Temos agora a oportunidade de participar da revitalização dos valores humanos e do cuidado da vida que esses antigos pensadores defendiam e que muita gente no presente está praticando. Recriemos a musicologia, como a vida recria a vida. A musicologia da vida valoriza, antes de tudo, a vida da musicologia.

